



INFÂNCIA E POLÍTICA: UMA CONSONÂNCIA POSSÍVEL?

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3887

Gustavo Alves Pedroso Simonetti, UEM

Resumo

O seguinte artigo discute a relação entre o tema da história da Infância, conjuntamente com a história do político, e estas temáticas são apresentadas incorporando-se à historiografia no transcórre do século XX. Com o objetivo de estabelecer quais foram as conexões desenvolvidas entre ambos os temas, da seguinte esfera de estudo, até que fosse possível presenciar as influências vindas dos dois temas, influências estas que beneficiaram a escrita da historiografia sobre a infância, concedendo a esta um maior âmbito teórico, e pretende-se detectar qual o nível de influência e ação da História do Político nas produções sobre história da infância, levando-se em conta todo o trajeto de renovação da historiografia do político. Por meio disso, os seguintes objetivos foram estabelecidos: (1) investigar como e porque as discussões sobre a infância ganharam impulso no período e (2) investigar qual o papel/função dos mecanismos de ação da Política que foram exercidos para que esta ampliação e propagação fossem possíveis. Após a investigação do estabelecido procurar-se-á perfazer uma revisão da bibliografia acerca dos temas da história da infância e da história política.

Palavras Chave:

História da Infância;
História do Político;
Historiografia; Século XX.

Introdução

Porque o tema Infância se desenvolve durante o transcorrer do século XX? O que tem de diferente dentro dos meandros desde período de tempo que impulsionou a infância neste momento a deixar um papel de notória invisibilidade social, política e cultural para assumir um posto de protagonismo? O que mudou na sociedade deste período para que passássemos a perceber a infância na categoria de sujeito central nas análises históricas?

Dentro das conjunturas de todo o século XX, as consequências históricas trouxeram para o âmbito do cenário político e, sobretudo histórico, a referida visibilidade, fato este que ocasionou todo esse legado intelectual, um novo epicentro de atenção voltado para a produção historiográfica que acabou, também, por se disseminar por outras áreas do conhecimento como: educação, direito, assistência social, políticas públicas, fortalecendo e estabelecendo seus discursos e estudos sobre este novo personagem, ação que ajudou a popularizar o pensar a infância.

Dentre os desdobramentos históricos, detectamos alterações nos modos operantes na aplicação de métodos para se analisar as interpretações históricas entre demasiados âmbitos acima mencionados, assim como em várias temáticas, a infância ascende como um novo problema a ser indagado, analisado e respondido neste século.

Contudo, dentro destas problemáticas apresentadas, o presente artigo tem por base estabelecer os seguintes objetivos: (1) investigar como e porque as discussões sobre infância ganharam impulso no período e (2) investigar qual o papel/função dos mecanismos de ação da Política que foram exercidos para que, esta ampliação e propagação fossem possíveis. Após a investigação do estabelecido, procurar-se-á perfazer uma revisão da bibliografia

acerca dos temas da história da infância e da história política.

Transformações Teóricas da História do Político no Século XX

Durante o século XX, ocorre uma alteração no significado do conceito sobre as definições de político para área de história; no início do período, a designação possuía um significado determinado que fosse totalmente contrastante com o difundido, imbricado e compreendido ao final do período; a expressão se manteve, porém, seus sentidos foram drasticamente alterados com o decorrer do período.

Esta alteração foi significativa, pois reverberou os estudos sobre o político dentro da história da historiografia, concedendo a está maior amplitude teórica, superando a tradicional história positivista presente desde antes da instituição dos novos regimes políticos, visão esta advinda de fins do século XIX.

Fato este que retirou a disciplina de uma esfera até então totalmente engessada e estática, e abriu um percurso muito mais condescendente levando-se em conta novas variantes sociais e econômicas dentro das conjunturas das relações políticas, com olhares para novos temas e ações, antes destinadas às outras áreas, recebendo um aporte interdisciplinar.

O esgotamento natural das explicações estruturais, a introdução no discurso historiográfico das sensibilidades grupais (emoções, paixões) e das intimidades da história (vida privada), a perda dos paradigmas que satisfaziam promessas de futuro, dissimulando dissonâncias provocadas por ações humanas imprevisíveis foram fatores que influenciaram o redirecionamento do olhar do historiador, que volta a se preocupar com as ações dos sujeitos históricos provocando surpresas, descontruindo certezas, devolvendo à história o acaso que

contraria supostas finalidades pré-estabelecidas. Em uma palavra, a volta dos sujeitos na feitura da história, flexibilizando a rigidez a que chegou a exclusividade das estruturas, humanizou a história, politizando-a. (D'ALESSIO, 2008, p.41 – 42).

Entretanto, esse aspecto de renovação que se desenvolve por todo o século é, outros sim, muito amplo, não se limitando apenas à área da Historiografia se dirigindo para muito além desta.

Ainda segundo Márcia Mansor D' Alessio havia uma mudança de paradigmas:

Por outro lado, a importância dos fatos políticos ocorridos no fim do século XX, tendo mudado a forma de grupos e povos se relacionarem - a luta de classes cedendo espaço à luta de grupos de interesses, o socialismo versus capitalismo sendo substituído pelo ocidente versus oriente-destaca e ilumina a esfera do político. (D'ALESSIO, 2008, p.42).

Tais alterações teóricas conceituais acabam influenciando sobre outras áreas do conhecimento neste período que possuem relação de discussões sobre o político, como as áreas do ensino, da educação, da pedagogia, da ciência política e do direito, conseguindo, desta forma, um estreito diálogo com outras áreas, que por muitas vezes trouxeram novos problemas “temas” para que fosse debatida justamente dentro do âmbito pertinente a abrangência dos meios políticos, ganhando assim a história do político maior consonância analítica com outras áreas do saber teórico.

Por meio dessas transformações que se encetam no meio social no início do século XX, as discussões sobre o político emergiram posteriormente para outras áreas do saber científico, neste caso para a história, é possível enxergar as modificações no campo da historiografia, bem como, o aumento acerca de novas

produções e o surgimento de novos temas neste período.

Não apenas a teoria dirigida à política se desenvolve, mas outros setores situados dentro das Teorias da História com suas Escolas Históricas e novas áreas das Ciências Humanas que ascenderam como responsáveis pelo estabelecimento de hodiernas visões e interpretações da história e do mundo acabam aperfeiçoando seus olhares, como: a Nova História, a *École de Annales*, as Ciências Sociais e a Ciência Política com relação à interpretação das ações do político na vida social, com isso até mesmo a própria historiografia torna-se interdisciplinar devido à recentes demandas.

Dentre os temas impulsionados pela redefinição dos conceitos teóricos do político na História encontramos a infância. Tema este que aparece ao público com pujante notoriedade no século XX, o chamado século da infância, no entanto, este assunto/infância não se limita apenas às discussões históricas estendendo-se para além, e possuindo grande presença nos campos da: pedagogia (educação), serviço social, direito e ensino, medicina, ou seja, é um tema que possui consonância com demasiadas áreas do conhecimento e de atuação social empírica.

Todas as áreas do conhecimento acima mencionadas possuem algo em comum, entre si, que neste caso é a política. Todas estas áreas em determinado período ao se deparar com dilemas e discussões, notadamente percebem a historiografia, ações do político em seus meios. Deste modo, a julgar por tamanha semelhança é possível perceber uma consonância entre estas áreas, um movimento comum a todas as áreas dos saberes científicos que ocorreu no século XX. A infância, ao relacionar-se enquanto objeto de discussão das referidas áreas, é assunto muito debatido pelo político.

A infância se insere no âmbito do político neste período por meio das discussões de várias esferas do saber, porém estas demandas ao surgir, trazem

consigo, da mesma forma, todo um emaranhado de conexões que se mostram à luz dos acontecimentos políticos e sociais, ou seja, as ações do político são impulsionadas pelas alterações do social, que atinge não apenas o político na história, assim como, o viés de análise cultural e econômico; no entanto, o artigo concentrar-se-á na análise do tema da Infância e sua relação com o político na historiografia.

Infância e Política um laço indissolúvel

A infância está atrelada a várias áreas por meio de afinidades e interdisciplinaridades, mas no transcorrer do século XX, Eric Hobsbawn em seu “A era dos Extremos: o breve século XX” (1995) aponta que demasiadas ações se discorreram, na história da humanidade como, Guerras Mundiais, Regionais, Revoluções que se restringiram a nacionalidades específicas, e outras que romperam paradigmas, tradições e culturas chegando ao ponto de conseguir subverter a ordem social vigente e levar à ruína Grandes Impérios que estiveram, por muitos séculos, como soberanos absolutos, exercendo os poderes advindos dos céus, crises políticas e econômicas, e Revoluções de aspecto cultural constituíram os moldes do período:

[...] o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar [...]. (HOBSBAWN, 1995, p.30)

A Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917,

pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se, portanto, tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX. (HOBSBAWN, 1995, p.62)

Em suma, o mundo da segunda metade do século XX é incompreensível se não entendermos o impacto do colapso econômico. A primeira Guerra Mundial devastou apenas partes do Velho Mundo, sobretudo na Europa. A revolução mundial, aspecto mais dramático do colapso da civilização burguesa do século XIX, [...]. (HOBSBAWN, 1995, p.91)

Mas todas estas ações estão atreladas ao sustentáculo das ações do político, tamanha era sua presença.

Em meio a tantas crises que ocorreram neste período, um ator importante surge, a infância, e o cuidado para com a criança e o adolescente que se desenvolve neste momento enquanto havia a feitura de políticas públicas em diversos países.

Durante o final do século XIX, de acordo com o historiador Leandro Karnal (2016) dava-se preferência ao resgate de um homem adulto do que uma criança em uma situação de acidente ou caos; porém, este princípio inverteu-se muito rápido dentro do espaço de apenas um século; tal inversão se deve ao engajamento de políticas públicas que visam o assessoramento e desenvolvimento pleno da criança enquanto cidadão na conjuntura das estruturas que moldam o mundo moderno contemporâneo.

No entanto, este novo olhar sobre a infância surge apenas no momento em que as definições e significados conceituais de política se modificam, tornando assim uma estreita relação muito mais sólida entre o âmbito do político e a infância, impulsionando, deste modo, o estabelecimento no século XX de um

tema/assunto presente nas discussões teóricas que embasam práticas empíricas na área das Relações Internacionais, Direitos que dão forma a órgãos internacionais voltados à infância como o UNICEF¹.

A partir do instante em que existem perigos e ameaças à formação educacional e social de crianças devido a guerras e revoluções, os novos regimes políticos democráticos instaurados em muitos países no pós-primeira e segunda guerras, assumiram uma postura de proteção desses novos personagens que, em muitas circunstâncias, aparecem em situação de risco. E por necessitar desenvolver tais políticas de assistência, estas discussões passam aos meios acadêmicos que, posteriormente, assumem os meandros institucionalizando grande parte do assunto, visando o atendimento a este novo público.

Dentre os meios acadêmicos, a história aparece mais tardiamente a trabalhar com a infância, passando a obter maior espaço apenas na segunda metade do século XX; enquanto isso, as experiências ao entorno da infância se constituíam no âmbito da Educação, Ensino e Puericultura. Na área de ensino é notória a experiência exercida por Anton Semiónovitch Makarenko (Russo: *Анто́н Семи́нович Мака́ренко*, 1888 – 1939) que sintetizou suas propostas de novas metodologias de Ensino para crianças e adolescente em situação de risco, delegando, na Rússia, em meio a uma conjuntura Revolucionária e logo em

seguida a Guerra Civil, instituída novas perspectivas de tratamento para crianças em situação de risco, preconizando por uma formação coletiva a fim de corroborar na formação do novo homem socialista, experiência esta implantada na Colônia Gorki ainda na primeira metade do século XX.

Makarenko relata parte de sua experiência no trecho a seguir:

Nós vamos liquidar com essa sua experiência policialesca. É preciso construir uma educação socialista, não uma caserna. [...] Eu exigia a educação de um ser humano resistente e forte, capaz de executar também trabalhos desagradáveis e trabalhos tediosos, se eles são requeridos pelos interesses do coletivo.

Em última análise, eu defendia a criação de um coletivo vigoroso, e, se necessário, severo e motivado, e só sobre o coletivo é que eu apoiava todas as esperanças. Os meus oponentes me jogavam na cara os axiomas da pedagogia e ficavam girando em volta da “criança” (MAKARENKO, 2012, p. 132).

Para Filinov diz:

[...] Makarenko pensava que, em vez de esperar que a vida trouxesse espontaneamente seus frutos, formando indivíduos úteis à sociedade, seria melhor organizar os estudos de trabalho, mas, também, a existência de jovens segundo um processo pedagógico

¹ O Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF – foi criado no dia 11 de dezembro de 1946, por decisão unânime da Assembléia Geral das Nações Unidas. Os primeiros programas do UNICEF forneceram assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China. Com a reconstrução da Europa, alguns países decidiram que a missão do UNICEF estava cumprida. No entanto, as nações mais pobres argumentaram que as Nações Unidas não podiam ignorar as crianças ameaçadas pela fome e pela doença em outros países. Em 1953, o UNICEF tornou-se órgão

permanente do sistema das Nações Unidas e teve seu mandato ampliado para atender as crianças de todo o mundo em desenvolvimento. O UNICEF, que tem sua sede central em Nova Iorque, realiza suas tarefas por meio de oito escritórios regionais e outros 126 escritórios espalhados pelo mundo, atendendo a 191 países e territórios. O UNICEF também conta com o apoio de 36 Comitês Nacionais que funcionam, principalmente, nos países desenvolvidos. Os Comitês Nacionais arrecadam fundos com a ajuda de voluntários e também vendem os cartões e produtos do UNICEF.

integrado. A passagem ao ensino secundário universal e obrigatório, a realização do princípio de integração dos estudos ao trabalho e a uma atividade criadora diversificada, a perspectiva de estudos comuns a todas as escolas e a possibilidade conexa de satisfazer as necessidades de população na organização de jornada completa são características objetivas da escola socialista, de hoje e de amanhã, permitindo afirmar que são reunidas as condições reais de uma larga aplicação à práxis educativa das ideias sobre a organização racional da vida das crianças, que estão no centro do pensamento de Makarenko. (FILINOV, 2010, p. 17)

Não obstante a isso, o tema se arraiga com maior prontidão e ênfase após uma maior conexão com os aspectos políticos e, sobretudo, quando os meios do político na história se encontram com maior definição após as suas ressignificações.

Porém, as maiores produções sobre o tema dentro da área da história derivam de análises de cunho cultural como a obra do autor Phillipe Àries em seu “*A História Social da Criança e da Família*” (1981), obra na qual se desenvolve uma narrativa que demonstra como o tratamento concedido à infância seja no seu brincar, estudar, trabalhar e nas relações com os adultos, transformou-se e foi moldada no transcorrer do período da transição do período medieval para o período moderno, no qual as crianças do atual século XXI eram vistas no passado como pequenos adultos, e assim o eram representadas, e as relações familiares, também, foram contempladas nas análises constituídas no ano de 1970 na Europa Ocidental; além de abarcar todo este período, o livro não trata diretamente de imbricações de aspectos políticos, mas como os homens são produtos de seu tempo, sua produção é reflexo do que foi a década de 1970 indicando a demanda do

período constantemente nas obras dessas vertentes.

Grande papel tem também as reflexões que alargaram a noção de política, substituindo a restrita ideia de política como ações oficiais pela ideia de circulação do poder, que agora se espalha pelo social, permeando todas as relações entre indivíduos, grupos e povos. (D’ALESSIO, 2008, p.42.).

No Brasil, a infância se consolida enquanto tema nas análises históricas no mesmo período, porém inicia-se de maneira muito tímida ainda na década de 1970, mas com outras abordagens mais propícias ao caso brasileiro como a situação de risco e abandono na cidade de São Paulo, assunto abordado pela Historiadora Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (1999) que tem como foco principal em suas abordagens, a história das mulheres, mas disserta de modo indireto acerca da infância, por meio do viés da escola histórica na qual adotou para investigar o referido tema, exercendo a história vista de baixo.

Com isso, a partir de meados da década de 1980, inicia-se a produção historiográfica sobre o tema, na mais diversa perspectiva de estudo, passando das Relações Internacionais, ao Direito e Medicina em um movimento mundial, promovido por órgãos surgidos após a segunda guerra que tinham como objetivo a defesa da infância, como a UNICEF.

Assim como nos meios do Ensino difundidos internacionalmente, que em finais do século XX passaram a produzir matérias e documentos como o Relatório Jacques Delors “Educação um Tesouro a descobrir”, documentos estes que objetivaram um estudo com o propósito de investigar como o ensino ao redor do mundo, seus fundamentos, e seus objetivos e valores eram interpretados avaliando, também, a qualidade do ensino em todas as instâncias, ou seja, chegava-se a infância em última esfera, como sujeito do

processo.

Em suma, é nítido que a infância pura e simplesmente não está só, existe uma grande rede de conexões entre as mais diversas áreas que corroboram para o seu pleno desenvolvimento, e o que existe de comum dentre todas estas é a atuação do político, que ocupa todos os espaços de abrangência teórica e empírica possíveis, objetivando de maneira contumaz a sua disseminação em todas as instâncias; devido a estes motivos, como a redefinição do conceito de política, as discussões acadêmicas e o surgimento de órgãos internacionais que concederam ímpeto exponencial somente à infância em toda sua gênese é que foi possível difundir e arraigar o tema à historiografia contemporânea.

Considerações Finais

Durante o século XX, a infância surge, em função da própria historiografia sobre (do) político, que está em desenvolvimento, pois as análises de aspecto cultural em muito contribuíram para a solidificação e fixação do tema, porém o período discutido é um momento em que a teoria está em alteração de seus conceitos basilares.

Com isso, a teoria influenciou no âmbito temático, que por sua vez está intimamente associada ao meio social no qual influencia as relações de instituição do tema em diversas áreas do saber.

A partir disso, é possível identificar que as mudanças nos referenciais teóricos alinhadas com as transformações políticas e sociais advindas do final da segunda guerra mundial, juntamente com a alteração de poder na ordem mundial, coligada a instituição de novos modelos de regimes políticos, proporcionaram condições para que novas perspectivas imperassem com vistas à formação de uma rede internacional de assistência à infância na contemporaneidade.

É neste período que as crianças

deixam de ser mini-adultos.

É neste período em que os órgãos internacionais para a infância e juventude são constituídos no cenário político e social.

É neste período que as crianças são reconhecidas, legitimadas e assistidas de outra forma, visando a proteção, na qual sua condição específica é reconhecida e suas limitações identificadas. Todas estas alterações ocorrem somente no século XX devido ao fato das transformações advindas da esfera do político.

Em suma, infância e política uma consonância que é sim possível, mas esta possibilidade somente ocorreu devido ao fato das alterações dos meios políticos neste período; caso não tivessem decorrido tais mudanças nos âmbitos teóricos e práticos, a difusão do tema não teria adquirido tanto ímpeto como conseguiu, bem como seus mecanismos não teriam engrenado a fim de fazer girar e movimentar questões ao entorno da defesa e construção dos direitos e deveres da infância, ou seja, infância e política, duas instâncias, na qual a infância dependeu e depende da política para se arraigar e expandir socialmente suas práticas nos âmbitos regional, municipal e internacional; a partir disso, foi possível identificar a política enquanto fio condutor para a disseminação, propagação e fixação da infância na conjuntura da sociedade contemporânea.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad., Dora Flaksman. II ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAND JORNALISMO. **Karnal: não existiam crianças antes do século XX**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7muGDWakY90>> Acesso em: 09 de Setembro de 2017.

DELORS, Jacques. **Um Tesouro a descobrir**. São Paulo, ed. Cortez, 1997.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. A política no fazer e no saber histórico. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti et alii (Org.). In: **Dimensões da**

política na historiografia. Campinas: Pontes, 2008, p. 39 – 49.

FILINOV, G. N. **Anton Makarenko.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, (Coleção Educadores), ed. Massangana, 2010.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: O Breve Século XX: 1914 – 1991.** São Paulo: ed. Companhia de Letras, 1995.

MAKARENKO, Anton Semiónovitch. **Poema Pedagógico.** São Paulo: ed. editora 34, 2012.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. **Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n.37, p. 85-102, 1999.

UNICEF BRASIL. **Quem somos – UNICEF no mundo.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9400.html> Acesso em: 18 de Setembro de 2017.